

CONSELHO DA CIDADE DO NATAL - CONCIDADE

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM NATAL-RN**

Membros da Comissão: Joanna de Oliveira Guerra-SEMPA
José Canuto de Souza Filho-ACIRN
Danielle de Araújo Mafra-SEL
Ricardo José Bezerra de Mello Loureiro Amorim-PGM
Antônio Jânio Fernandes-UERN
Walter Pedro da Silva-STTU

**NATAL-RN
MARÇO DE 2019**

1. ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO

A Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, para fins de realização de eventos diversos de curta duração, instalação de sinalização de vias e logradouros públicos, prestação de serviços e exercício de atividade econômica, mediante os instrumentos da autorização, permissão e concessão e dá outras providências, foi instituída por meio da Resolução no. 01/2019, de 25 de fevereiro de 2019, após a aprovação de sua formação na reunião extraordinária do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), realizada no dia 12 de fevereiro de 2019.

De acordo com o Art. 2º da Resolução 01/2019, entre as competências atribuídas à referida Comissão estão: I – preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do Conselho; II – promover a articulação com os órgãos e entidades promotoras de estudos; e III – apresentar relatório conclusivo ao plenário do CONCIDADE/NATAL, sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este, acompanhado dos documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Considerando o exposto acima, a Resolução no. 01/2019, em seu Art. 7º, fixa o prazo de 30 dias para a conclusão e entrega de relatório conclusivo sobre a apreciação deste Projeto de Lei. Nesse sentido, o presente relatório vem atender as diretrizes estabelecidas nessa Resolução, fornecendo, com base em discussões e estudos realizados no período determinado, as recomendações solicitadas a esta Comissão Técnica, a qual, neste ato, representa o CONCIDADE/NATAL.

Quadro 1: Membros da Comissão Técnica

Nome do membro	Função na Comissão	Instituição que representa no CONCIDADE/NATAL
Joanna de Oliveira Guerra	Coordenadora	Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA)
José Canuto de Souza Filho	Relator	Associação dos Ciclistas do RN (ACIRN)
Danielle de Araújo Mafra	Membro	Secretaria de Esporte e Lazer (SEL)
Ricardo José Bezerra de Mello Loureiro Amorim	Membro	Procuradoria-Geral do Município (PGM)
Antônio Jânio Fernandes	Membro	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Walter Pedro da Silva	Membro	Secretaria de Mobilidade Urbana (STTU)

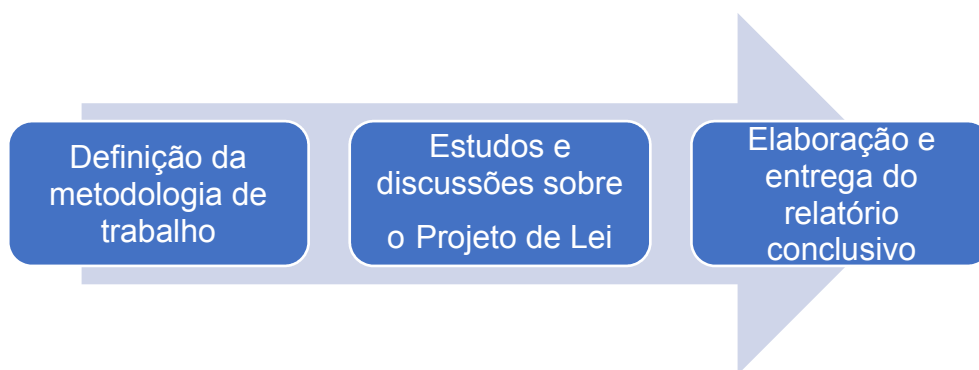
Fonte: Elaboração própria, 2019.

Por fim, destacamos que este relatório apresenta, além deste item 1, respectivamente, mais quatro tópicos. A saber: metodologia de trabalho, recomendações gerais, considerações finais e anexos.

2. METODOLOGIA DE TRABALHO

As reuniões temáticas desta Comissão Técnica foram realizadas no período de 21/02 a 25/03. No total, foram realizadas sete reuniões, todas elas ocorridas no auditório da Secretaria Municipal de Planejamento.

Figura 1: Fluxo de trabalho da Comissão Técnica



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Cabe frisar que, na primeira reunião desta Comissão houve a escolha do relator dos trabalhos, ocasião em que o senhor José Canuto de Souza Filho foi eleito, pelos presentes, para ocupar essa função.

Ademais, destacamos também que uma das preocupações desta Comissão Técnica foi a de observar os pareceres fornecidos anteriormente ao Projeto de Lei, como as ricas recomendações do Conselho de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Natal (CONPLAM). A respeito do parecer do CONPLAM, especificamente, foi identificado que as observações sugeridas por esse não haviam sido incorporadas a minuta de lei disponibilizada para a análise desta Comissão, o que nos levou a promover uma nova reunião, no dia 04 de abril de 2019, dessa vez no auditório da Procuradoria Geral do Município (PGM), para analisar as sugestões do CONPLAM e consolidar a minuta final do Projeto de Lei, a qual segue anexa a este relatório.

Outra preocupação desta Comissão foi a de pesquisar sobre experiências e estudos que pudessem subsidiar a apreciação do Projeto de Lei. Um exemplo disso foram as pesquisas realizadas acerca das experiências de implantação de leis correlatas em outros municípios brasileiros.

Abaixo, informamos os resultados oriundos dessa análise.

3. RECOMENDAÇÕES GERAIS

As sugestões apresentadas abaixo são de caráter gerais, objetivando propor alterações que denotem mais clareza e concisão ao Projeto de Lei. Destacamos que no Anexo I deste relatório são especificadas as emendas modificativas e supressivas.

- i) Sugerimos que, desde o início do texto, seja inserido o tempo/período equivalente a um “evento de curta duração”;
- ii) Propomos que seja inserida a definição de “áreas livres”, termo apresentado, inicialmente, no parágrafo único do Art. 1º.;
- iii) Apontamos para a necessidade de especificar “similares”, termo apresentado, inicialmente, no parágrafo único do Art. 1º., evitando, assim, a má interpretação da Lei;
- iv) Sugerimos exemplificar, no âmbito do inciso III do Art. 5º., o que é bens dominiais, tornando o texto mais didático e claro;
- v) Propomos a definição dos termos “ambulante” e “camelô”, deixando clara qual a diferença entre esses;
- vi) Sugerimos a indicação da dimensão do perímetro territorial referente a “área de consumo” de que trata o §1º. do Art. 21;
- vii) No §5º. do Art. 21, entendemos ser necessária a indicação, desde já, do índice que será utilizado como referência para o estabelecimento do preço público;
- viii) Propomos que o §1º. do Art. 54 se torne um artigo, tendo em vista que trata de questão específica relacionada a mercadorias/produtos perecíveis, e considerando que as mercadorias/produtos/equipamentos não perecíveis já estão sendo tratados em art. próprio;
- ix) Destacamos que o Art. 55 chamou a atenção para a possibilidade de o texto ser revisto com o objetivo de que a Lei seja mais clara e concisa quanto ao que é e o que determina o termo “interesse público”; e

- x) Com base no disposto no Art. 62, sugerimos que a Lei especifique, desde já, o índice que foi/será considerado para o estabelecimento das multas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Técnica de Análise buscou, ao longo deste um mês de trabalho, analisar, de forma didática, todo o conteúdo proposto pelo Projeto de Lei em questão. Nosso objetivo sempre foi o de contribuir para o seu aperfeiçoamento, a sua clareza, concisão e responsabilidade social, visando a justeza de seu impacto, no uso e ocupação dos espaços públicos, tanto do ponto de vista do Poder Público executivo, quanto do ponto de vista dos empresários e da sociedade como um todo.

Nesse sentido, dividimos a nossa análise em duas partes. A primeira, que teve os seus resultados apresentados no item 3, compreende as recomendações de caráter mais abrangente, objetivando propor alterações que denotem mais clareza e concisão ao Projeto de Lei. Já a segunda, cujos resultados podem ser observados no Anexo I do item 5, apontam para sugestões mais específicas, as quais foram apresentadas em formato de emendas.

De um modo geral, concluiu-se que o Projeto de Lei está bem estruturado e que o seu conteúdo apresenta uma boa qualidade na observação da legislação vigente e na tecnicidade da temática. Todavia, entende-se que se faz essencial, além da análise minuciosa das recomendações propostas por esta Comissão, a qual, neste trabalho, representa o CONCIDADE/NATAL, submeter, antes do envio do Projeto de Lei à Câmara Municipal, o texto da minuta de lei, na íntegra, a uma revisão gramatical.

Outrossim, acredita-se que a proposição dessa lei chama a atenção para a necessidade de revisão de outras legislações correlatas, tais como, por exemplo, o Decreto no. 4.621, de 06 de julho de 1992, que "*regulamenta os meios de publicidade ao ar livre e dá providências*", objetivando o desenvolvimento da cidade do Natal-RN, permitindo avanços no que concerne a parcerias público-privadas na manutenção, modernização e otimização de recursos na gestão dos espaços públicos, como praças, academias ao ar livre, quiosques, entre outros, o que já acontece há algum tempo em outros centros urbanos do país, e que podemos exemplificar por meio da experiência Prefeitura do Rio de Janeiro-Banco Itaú, com as bicicletas "bikeRio".

Informamos que todas as reuniões desta Comissão foram registradas por meio de atas, listas de presença e registros fotográficos, os quais seguem anexos a este relatório.

Destacamos, ainda, que esse encontra-se devidamente assinado/ratificado pelos membros da Comissão que puderam se fazer presentes nas respectivas reuniões, quantitativo que, vale salientar, atende ao disposto no Art. 5º da Resolução no. 01/2019, o qual determina *que “o quórum mínimo para instalação dos trabalhos e elaboração da proposta será de um terço dos representantes que compõem a comissão”*.

Por fim, esta Comissão espera ter cumprido com o seu papel enquanto representante do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), atuando no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão dos espaços públicos, no seu uso e ocupação, primando pelo ordenamento desses, assim como pelo interesse coletivo.

Natal, 25 de março de 2019.

Assinaturas

Antônio Jânio Fernandes
CONCIDADE/NATAL-UERN

Danielle Araújo Mafra
CONCIDADE/NATAL-SEL

Joanna de Oliveira Guerra
CONCIDADE/NATAL-SEMPLA

José Canuto de Souza Filho
CONCIDADE/NATAL-ACIRN

5. ANEXOS

ANEXO I – RECOMENDAÇÕES AO PROJETO DE LEI

ANEXO II – ATAS DAS REUNIÕES

ANEXO III - LISTAS DE PRESENÇAS

ANEXO IV – REGISTROS FOTOGRÁFICOS

SUMÁRIO

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

CAPÍTULO II – DO USO DOS BENS PÚBLICOS

CAPÍTULO III – DA FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

TÍTULO II – DA COMPETÊNCIA E DOS INSTRUMENTOS

CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA PARA OUTORGA E FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO VI – DOS INSTRUMENTOS PARA A OUTORGA

Seção I – DA AUTORIZAÇÃO DE USO

Seção II – DA PERMISSÃO DE USO

Seção III – DA CONCESSÃO DE USO

CAPÍTULO VII – DA CESSAÇÃO DE VALIDADE DOS INSTRUMENTOS DE OUTORGA

TÍTULO III – DAS INFRAÇÕES, DAS PENALIDADES E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO VIII – DAS INFRAÇÕES, MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Seção I – DAS INFRAÇÕES

Seção II – DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Subseção I – DA ADVERTÊNCIA POR ESCRITO

Subseção II – DA APREENSÃO

Subseção III – DA REMOÇÃO

Subseção IV – DO ENCARGO

Subseção V – DA INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA

Seção III – DAS PENALIDADES

Subseção I – DA MULTA

Subseção II – DA DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DO PRODUTO

Subseção III – DA DEMOLIÇÃO PARCIAL OU TOTAL

Subseção IV – DA CASSAÇÃO DO INSTRUMENTO DE OUTORGA

CAPÍTULO IX – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

MINUTA DE PROJETO DE LEI MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº de..... de Abril de 2019

Emenda modificativa: Dispõe sobre regras para o uso e ocupação de espaços públicos para instalação de sinalização de vias e logradouros públicos, prestação de serviços, exercício de atividade econômica e realização de eventos diversos de curta duração, mediante os instrumentos da autorização, permissão e concessão e dá outras providências.

CARLOS EDUARDO ALVES, Prefeito Municipal do Município de Natal/RN, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, observando os artigos 10 e 14 da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TITULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º. Esta Lei tem por objetivo estabelecer regras para o uso e ocupação de espaços públicos para fins de realização de eventos diversos de curta duração, instalação de sinalização de vias e logradouros públicos, prestação de serviços e exercício de atividade econômica, mediante os instrumentos da autorização, permissão e concessão.

§1º. Considera-se espaços públicos municipais as áreas livres pertencentes ao Município, os passeios e as vias públicas e aqueles destinados à realização de atividades comerciais (como mercados públicos e similares).

§2º. O órgão competente criará cadastro e plano de disponibilidade dos espaços públicos, aptos a ocupação temporária.

Art. 2º. O uso e ocupação dos espaços públicos municipais serão permitidos, nos termos desta Lei, para fins de realização de eventos diversos de curta duração, instalação de mobiliário urbano de utilidade pública, mobiliário urbano removível, equipamento urbano fixo, mobiliário toponímico e de sinalização, de veículos adaptados para uso econômico, prestação de serviços e atividade econômica em geral e desde que o interessado obtenha o devido instrumento de outorga do Poder Público consistente na autorização, permissão ou concessão.

§1º. O uso comum dos espaços públicos municipais, de forma indistinta pela população, que não tenha fins econômicos e não caracterizem-se como eventos de curta duração de que trata o inc.VI do artigo 3º, não necessita do instrumento de autorização previsto nesta Lei.

Emenda modificativa: §2º. Os espaços públicos municipais autorizados para fins de realização de eventos de curta duração, considerando sua capacidade total de público, não poderão limitar o livre acesso da população mediante a cobrança de pagamento de qualquer espécie (inclusive *couvert* artístico), excetuadas arrecadações voluntárias de donativos para fins filantrópicos.

§3º. Os autorizados para promoção de eventos de curta duração em espaços públicos e responsáveis por sua realização, poderão onerar a participação de expositores, prestadores de serviços ou comerciantes interessados, visando cobrir os custos da organização do evento; observando o disposto no parágrafo anterior.

§4º. No caso em que a promoção de eventos de curta duração ocorrer por parte do Poder Público, será promovido chamamento público para credenciamento dos interessados em participar (expositores, prestadores de serviço e comerciantes).

§5º. Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, deverá ser cobrado preço público visando arcar com os custos da organização, podendo ser dispensada tal cobrança em caso de participante cadastrado como beneficiário de políticas públicas ou programas sociais oficiais voltados à população de baixa renda; sendo o recurso decorrente dessa cobrança destinado à conta única municipal.

§6º. Excetuam-se do disposto nesta Lei os instrumentos da concessão de direito real de uso e da cessão de uso, que seguem legislação própria.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I – mobiliário urbano: objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem, complementares às funções urbanas, implantados em espaços públicos de forma permanente ou temporária;

II – mobiliário urbano de utilidade pública: placas toponímicas de sinalização e identificação, relógios digitais e totens informativos, pórticos, postes, sinalizadores de logradouro para muros e paredes e demais formas de sinalização destinadas à identificação de áreas, vias e localidades;

Emenda modificativa III – mobiliário urbano removível: objetos e elementos de médio e pequeno porte destinados ao exercício temporário de atividades comerciais ou prestadoras de serviços, tais como:

- a) Tabuleiros;
- b) Bancas de feira;
- c) Banheiros públicos (químicos);
- d) Equipamento para jogo, esporte e brinquedo;
- e) Mesas e cadeiras;
- f) painel de informação;
- g) Relógios e termômetros;
- h) Stand de vendas de produtos;
- i) Toldo;
- j) Painéis eletrônicos;
- k) Todo e qualquer mobiliário que a ele se equipare.

Emenda aditiva IV – equipamento urbano fixo: equipamento instalado de forma permanente ou duradora destinado ao exercício de atividades comerciais e prestadoras de serviços, tais como:

- a) Quiosques;
- b) Boxes;
- c) bancas de jornais e revistas;
- d) bancas de flores;
- e) bancos de jardins e praças;
- f) banheiros públicos;
- g) coletor de lixo urbano leve;
- h) coretos e gazebos;
- i) defesa e gradil;
- j) equipamento de sinalização;
- k) equipamento sinalizador da orla marítima;
- l) estátuas, esculturas e monumentos;
- m) estrutura de apoio ao serviço de transporte de passageiros;
- n) fontes;
- o) jardineira e canteiro;
- p) módulos de orientação;
- q) poste;
- r) posto policial;
- s) painéis eletrônicos;
- t) os que a estes se equiparem.

V – veículos adaptados para uso econômico: todo e qualquer veículo motorizado, rebocável ou de propulsão humana destinado a o exercício de atividade comercial ou à prestação de serviços;

VI – eventos diversos de curta duração: atividades, com caráter transitório, de cunho cultural, festivo, esportivo, cívico, gastronômico, publicitário, filantrópico ou religioso que utilizem pelo menos um dos seguintes itens: bancas, tendas, palco ou palanques, stands, pórticos, trio elétrico, iluminação ou sistema de som, interdição de rua e limitação de acesso a logradouro público.

VII – área de consumo: área do mobiliário ou equipamento urbano adjacente ao balcão de atendimento, composta por banquetas, mesas, cadeiras, destinadas ao atendimento da clientela;

VIII – chamamento público - procedimento destinado a selecionar interessados no uso, a título precário, de espaços e bens públicos municipais, nos termos estabelecidos pela Administração Municipal; no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e demais princípios de observância obrigatória pelo Poder Público.

Art. 4º. A presente Lei deverá ser aplicada em harmonia com o Plano Diretor deste Município, demais códigos e legislação correlata; devendo ser especialmente observadas as normas que disciplinam:

- I – as condições higiênico-sanitárias;
- II – o conforto e segurança;
- III – a acessibilidade e mobilidade;

IV – as atividades de comércio e prestação de serviços, naquilo que esteja relacionado com o uso dos espaços públicos nos limites da competência municipal;

V – a limpeza pública e o meio ambiente;

VI – a instalação de publicidade em áreas públicas autorizadas para o exercício de atividade comercial ou prestadora de serviços;

VII – a instalação de placas toponímicas de sinalização e identificação de localidades.

CAPÍTULO II – DO USO DOS BENS PÚBLICOS

Art. 5º. Observando as disposições contidas no Código Civil Brasileiro, constituem bens públicos municipais:

I – os bens de uso comum do povo, tais como: ruas, praças e logradouros públicos,

II – os bens de uso especial, tais como: edificações destinadas às repartições públicas, terrenos aplicados aos serviços públicos, cemitérios e áreas remanescentes de propriedade pública municipal;

III – os bens dominiais que pertencem ao patrimônio do Município.

Art. 6º. Fica garantido o livre acesso e trânsito da população nos logradouros públicos, exceto nos casos de interdição pela Administração Municipal ou por ela autorizada, quando da realização de intervenções e eventos de curta duração.

§1º. É permitida a utilização, por todos, dos bens de uso comum do povo, respeitados os costumes, a tranquilidade, a higiene e as normas legais vigentes.

§2º. É permitido o acesso aos bens de uso especial, nas horas de expediente ou de visita pública, respeitados os regulamentos e a conveniência da Administração.

§3º. A Administração poderá utilizar livremente os bens de uso comum do povo, respeitadas as restrições específicas de cada local, implantando obras e equipamentos ou prestando serviços que venham ao alcance das suas obrigações e interesses institucionais, objetivando o atendimento ao interesse público.

Emenda aditiva: § 4º. Cabe a Administração Pública comunicar, com a necessária antecedência, a interdição dos espaços públicos, incluindo a indicação da finalidade.

Emenda modificativa: Art. 7º. Não será permitida a ocupação de passeios, passagens, áreas de circulação de pedestres em praças, áreas de jardins, canteiros centrais, ilhas e refúgios, **com quaisquer equipamentos que venham a obstruir a acessibilidade, excetuando-se em locais projetados e adequados para tal, mediante prévia outorga dos órgãos competentes da Administração Municipal e demais exigências legais, nos termos previstos nesta Lei.**

Art. 8º. Nos logradouros públicos será permitida a instalação provisória de palanques, tendas, palcos, arquibancadas e outras estruturas para utilização em festividades ou eventos cívicos, religiosos, esportivos,

culturais ou de caráter popular; mediante prévia outorga dos órgãos competentes da Administração Municipal e outras exigências legais, observando o disposto no §2º do art.2º e demais disposições previstas nesta Lei.

CAPÍTULO III – DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVO

Emenda modificativa: Art. 9º. O poder de polícia administrativo referente às atividades de que trata esta Lei será exercido pelos fiscais **dos órgãos competentes, nos termos da legislação pertinente, os quais deverão estar devidamente identificados.**

§1º. O poder de polícia exercido por um órgão não inviabiliza o exercício da atividade fiscalizatória por parte de outro órgão da Administração Pública, no âmbito de sua competência.

§2º. No exercício de sua atividade fiscalizatória, o agente deverá registrar, nos autos administrativos respectivos, a possível existência de comercialização de produtos ilícitos, de modo a possibilitar a comunicação desse fato aos órgãos competentes.

Emenda aditiva §3º No caso de desacato ou embaraço do exercício de suas funções, ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras no interesse público, ainda que não se configure fato definido como crime ou contravenção, os funcionários fiscais poderão requisitar auxílio de força policial.

Emenda aditiva §4º É vedado à autoridade de qualquer hierarquia paralisar, impedir, obstruir ou inibir a ação fiscal exercida pelos fiscais no exercício de sua competência e de suas atribuições.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Emenda modificativa: Art. 10. A instalação de equipamento urbano fixo deverá ser precedida de projeto de urbanização devidamente aprovado **por órgão competente**, ter sua exploração definida através de certame licitatório, assinatura do contrato de permissão ou concessão e emissão da respectiva licença ambiental, quando couber.

Emenda modificativa: §1º. No certame licitatório para uso e exploração de equipamento urbano fixo em áreas especiais de interesse social – AEIS **que já se encontram regulamentadas**, de que trata do Plano Diretor de Natal será dada prioridade para as micro e pequenas empresas, nos termos previstos pela Lei Complementar Federal n. 123/2006.

§2º. No caso em que a instalação do equipamento ficar sob a responsabilidade do permissionário ou concessionário, deverão ser observadas as especificações do projeto de urbanização da respectiva área, no prazo e demais condições estabelecidas no Edital de Licitação.

Emenda modificativa Art. 11. O permissionário ou concessionário que, sem motivo justificado, não iniciar a exploração do equipamento dentro do prazo determinado no Edital, após a classificação em certame público, decairá do seu direito de exploração, devendo ser convocado o seguinte da lista de convocação.

Emenda modificativa: Art. 12. Em caso de desistência da exploração do serviço na vigência do primeiro ano da assinatura do termo ou contrato respectivo, o Poder Executivo **convocará** os habilitados e não contemplados no respectivo certame público, com obediência à ordem classificatória, para se manifestarem quanto ao interesse em assumir o serviço; emitindo, sendo o caso, o instrumento de outorga cabível.

Parágrafo único. O permissionário ou concessionário desistente estará obrigado a recolher o valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o restante do valor do contrato que, se não recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, implicará em sua inscrição na Dívida Ativa.

Emenda modificativa: Art. 13. **O veículo próprio e destinado para uso econômico é considerado estabelecimento comercial, sujeito às normas da vigilância sanitária, de trânsito, ambientais e demais disposições previstas na legislação municipal.**

Parágrafo único. A regulamentação da atividade de que trata o caput deste artigo será realizada através de Decreto do Executivo.

Art. 14. Os equipamentos e atividades desenvolvidas nos espaços públicos municipais, passíveis ou não de licenciamento ambiental, deverão operar com base nos condicionantes de funcionamento dispostos nesta Lei e em Decretos específicos de regulamentação das atividades exercidas.

Emenda modificativa: Art. 15. **Nos instrumentos de outorga deverão constar os condicionantes gerais e específicos pertinentes à atividade a ser outorgada.**

Parágrafo único: Nos instrumentos de outorga deverão constar os condicionantes gerais e específicos pertinentes à atividade a ser outorgado.

Art. 16. Os condicionantes de funcionamento estabelecidos nesta Lei não dispensam a necessidade de cumprimento de outros requisitos e regras que estejam definidos em normas ou legislações afins.

Art. 17. É vedada a comercialização de produtos e realização de serviços considerados ilícitos nos termos da legislação federal, estadual e municipal.

Suprime o art. 18 e o 19 o substitui pela emenda modificativa Art. 18. Aos outorgados que manipulem alimentos será exigido o cumprimento às normas sanitárias vigentes, além da comprovação da capacitação em boas práticas de manipulação de alimentos.

Parágrafo Único. A capacitação tratada no caput deverá possuir carga horária mínima de 12 (doze) horas, e conter, no mínimo, os seguintes temas:

- a) contaminantes alimentares;
- b) doenças transmitidas por alimentos;
- c) manipulação higiênica dos alimentos;
- d) boas práticas, conforme normativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Art. 19. Não será permitida:

I – a utilização de equipamentos de amplificação sonora cujos ruídos ultrapassem o limite estabelecido em norma específica;

II – a utilização de botijões de gás, líquidos inflamáveis, carvão ou outros combustíveis, de modo inadequado ou em desrespeito às regras de segurança estabelecidas;

III – a disposição ou descarte de qualquer tipo de resíduo em local diferente do definido pelo órgão competente.

IV – quaisquer usos que possam gerar poluição ambiental, risco ou perigo às pessoas e bens;

V – a alteração da estrutura física do equipamento sem a anuência do órgão competente.

VI – qualquer utilização, instalação ou modificação não autorizada no instrumento de outorga.

Emenda aditiva: **Parágrafo único:** Quaisquer outros atos que não estejam contemplados pela presente Lei, deverão ter a permissão do órgão competente.

Art. 20. O funcionamento da atividade ou equipamento poderá contemplar uma área de consumo com a finalidade de acomodar os possíveis clientes, exceto as atividades de ambulante e camelô.

§1º. Na área de consumo fica permitida apenas a utilização de objetos móveis, de pequeno porte e de fácil retirada, devendo ser recolhidos quando não estiverem em funcionamento.

§2º. Em nenhuma hipótese a área de consumo poderá possuir barreiras físicas, objetos ou equipamentos fixados de forma permanente ou que para sua instalação necessitem de suportes fixos.

§3º. É vedado o uso de qualquer meio de privatização da área de consumo, de forma a impedir ou limitar o acesso a esta, seja pela cobrança de taxas de permanência, *couvert* ou qualquer pagamento similar, bem como através do estabelecimento de regras de exclusividade.

§4º. A utilização da área de consumo não poderá, em hipótese alguma, comprometer, mesmo que provisoriamente, as exigências de acessibilidade do espaço público previstas em outras legislações.

§5º. Para efeito de pagamento do preço público será contabilizada a área de consumo.

§6º. Caberá ao Município definir horários, dias e demais condições nas quais poderá haver a utilização do espaço público para área de consumo.

§7º. Não será permitida a ocupação de área de consumo além daquela definida no instrumento de outorga.

Emenda modificativa: Art. 21. A comercialização de produtos que se faça sazonal ou transitoriamente em áreas públicas, deverá ser previamente outorgada **por órgão competente** e devidamente licenciada **pelo órgão regulador**, quando couber.

§1º. É vedada a comercialização de fogos de artifício e demais produtos mencionados no *caput*, em canteiros centrais, rotatórias, e outras áreas julgadas impróprias pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Emenda modificativa: §2º. Considerando a vedação estabelecida no parágrafo anterior, caberá **ao órgão competente** avaliar outras áreas solicitadas para comercialização, considerando o respeito à livre circulação de pedestres e veículos, bem como as condições de segurança certificadas **pelos órgãos estaduais competentes, como, por exemplo, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, quando necessário.**

Emenda modificativa: §3º. No caso de que trata o *caput* deste artigo as autorizações de uso terão prazo de validade não superior a 30 (trinta) dias, sendo vedada a renovação e/ou prorrogação, **salvo novo entendimento do Município na sua condição de agente autorizador, concessionário e/ou permissionário.**

Emenda modificativa: Art. 22. Os meios de anúncios relacionados às atividades comerciais ou prestadoras de serviços objeto da presente Lei deverão obedecer ao que está previsto na legislação específica, bem como deverão ter sua instalação precedida de licenciamento específico junto **ao órgão competente**, mediante pagamento de taxa legalmente exigida.

Art. 23. A Administração Municipal regulamentará a divulgação de mensagens em mobiliário urbano destinado à banca de jornais, quiosques, boxes e similares, bem como definirá o padrão a ser instalado em cada local em função da interação com o mobiliário urbano existente, da interferência com o fluxo de pedestres, da compatibilização com a arborização e ajardinamento público existentes e demais características da área.

TÍTULO II – DA COMPETÊNCIA E DOS INSTRUMENTOS

CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA PARA OUTORGA E FISCALIZAÇÃO

Emenda modificativa: Art. 24. Compete à **secretaria responsável pelo planejamento e gestão dos serviços urbanos** a emissão do instrumento de outorga que possibilita o uso e ocupação do espaço público municipal para fins de instalação de mobiliário urbano removível, de equipamento urbano fixo e de veículos adaptados para uso econômico, assim como a respectiva fiscalização da outorga concedida.

Emenda modificativa: §1º. No exercício da competência tratada no *caput* deste artigo caberá **ao órgão competente** a publicação do chamamento público, via edital, ou de promoção do certame licitatório, quando necessário.

Emenda modificativa: §2º. Competirá também **ao órgão competente**, quando couber, a elaboração de projeto de urbanização, submetendo o mesmo à análise **do órgão responsável**.

Emenda modificativa: §3º. Para emissão do instrumento de outorga caberá **ao órgão responsável** constituir procedimento específico de análise do pedido, exigindo do interessado os documentos necessários para obtenção das licenças pertinentes e realizando o cadastramento das outorgas concedidas e respectivos titulares.

§4º. Quando a atividade exigir licença ambiental, a emissão do instrumento de outorga não autoriza o interessado a iniciar a atividade no espaço público, ficando esta condicionada à obtenção daquela licença.

Emenda modificativa: §5º. Em se tratando de comércio informal deverá **o órgão responsável** fiscalizar as posturas previstas em norma regulamentadora e, quando for o caso, promover, mediante ampla publicidade, o credenciamento por meio de chamamento público para a atividade a ser outorgada.

Emenda modificativa: §6º. Quando a atividade exigir a obtenção de alvará sanitário, o interessado deverá realizar consulta prévia **ao setor de vigilância sanitária do Município de Natal a fim** de verificar a compatibilidade da atividade pretendida com as normas sanitárias em vigor.

Emenda modificativa: §7º. No mesmo caso tratado no parágrafo anterior, o alvará sanitário deverá ser apresentado no prazo máximo de 90 (noventa) dias do início da atividade; podendo tal prazo ser prorrogado no caso em que o atraso tenha sido **causado** pela Administração Pública.

Emenda modificativa: Art. 25. Compete **a secretaria municipal responsável pelas questões ambientais e urbanísticas** a outorga de instrumentos que possibilitam o uso e ocupação de espaço público municipal para fins de instalação de mobiliário urbano de utilidade pública e de eventos diversos de curta duração; assim como a respectiva fiscalização da outorga concedida.

Emenda modificativa: §1º. No exercício da competência tratada no *caput* deste artigo caberá à **secretaria responsável** a elaboração do projeto de urbanização, a promoção do certame licitatório e a celebração de contrato de concessão, quando necessários.

§2º. Para a emissão da outorga de que trata o *caput* deste artigo, se aplicam as disposições contidas nos parágrafos 3º, 4º, 6º e 7º do artigo anterior.

Emenda modificativa: Art. 26. Os órgãos competentes para outorga dos instrumentos que possibilitam o uso e ocupação de espaço público municipal deverão exigir do interessado, no âmbito do procedimento administrativo respectivo, a apresentação das demais licenças exigidas (de publicidade, ambiental, sanitária ou **outras cabíveis**), conforme o caso tratado.

Art. 27. As outorgas concedidas pelo Município de Natal nos termos previstos nesta Lei somente ocorrerão mediante o pagamento de preço público fixado pela Administração Municipal considerando o valor de mercado da área respectiva.

Emenda modificativa: §1º A fixação do preço público de que trata o *caput* deste artigo obedecerá a critérios estabelecidos por Decreto.

Emenda aditiva §2º É assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais, o tratamento diferenciado e favorecido nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, ao associativismo e às regras de inclusão, conforme preconiza o art. 1º, Inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Emenda aditiva §3º A fiscalização deverá ser prioritariamente orientadora, quando a atividade quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento nos termos do artigo 55 da lei Complementar nº 123/06, observando o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada fraude ou embarço `fiscalização.

Emenda aditiva §4º Fica assegurado o tratamento diferenciado e favorecido ao interessado, detentor de outorga concedida anterior à vigência dessa Lei, desde que atendido suas exigências.

Art. 28. Fica criado o Fundo de Reordenamento dos Espaços Públicos Municipais – FUNRESP, destinado a financiar os planos de gestão, programas, projetos, estruturação, pesquisas e tecnologias que visem à manutenção, conservação, recuperação e o uso racional e sustentável dos espaços públicos, observadas as diretrizes das políticas municipais voltadas ao ordenamento urbano.

Emenda modificativa: §1º. Deverá ser direcionado para o FUNRESP parte dos valores resultantes da cobrança do preço público de que trata esta Lei.

§2º. A arrecadação de tal receita será destinada para a conta única do Município de Natal e para o FUNRESP, em partes iguais.

§3º. O Fundo a que se refere o caput deste artigo terá como receita:

- a) os valores resultantes da cobrança de penalidades de multa, aplicadas por infrações de que trata esta Lei;
- b) as receitas provenientes da cobrança do preço público relativo à outorga do uso dos espaços públicos;
- c) os recursos que lhe forem destinados no orçamento do Município;
- d) os recursos específicos de eventuais transferências feitas pelos governos federal e estadual e outras entidades públicas;
- e) os recursos financeiros que lhe forem atribuídos em razão de convênios, contratos e acordos celebrados com entidades públicas ou privadas;
- f) juros, dividendos e quaisquer outras receitas decorrentes de aplicação de recursos do Fundo;
- g) outros recursos que lhe forem destinados.

§4º. A administração do FUNRESP caberá a um Conselho Gestor constituído pela SEMURB, SEMSUR e SEMPLA, nos termos em que dispuser sua norma regulamentadora.

Art. 29. A outorga para uso e ocupação dos espaços públicos municipais, nos termos postos por esta Lei, dar-se-á por meio de autorização de uso, permissão de uso e concessão de uso.

Seção I – DA AUTORIZAÇÃO DE USO

Art. 30. A Autorização de Uso é o ato unilateral, discricionário, de caráter precário, pessoal e intransferível, expedido mediante processo específico, para atividades eventuais, de menor relevância ou de interesse predominantemente particular.

Emenda modificativa §1º. A Autorização de Uso poderá ser sumariamente revogada, unilateralmente, a qualquer tempo, sem ônus para a Administração e sem direito a qualquer indenização ao autorizado, em caso de descumprimento e/ou desobediência, nos termos da legislação vigente.

§2º. A emissão da Autorização de Uso não supre a necessidade de Alvará de Localização e Funcionamento e de Alvará Sanitário, nos casos em que couber.

Emenda modificativa: Art. 31. Depende obrigatoriamente de Autorização de Uso a atividade de comércio ambulante ou eventual, veículos adaptados, adequados e/ou próprios para uso econômico e para realização de eventos de iniciativa pública ou privada, que não prejudiquem a comunidade e nem embarcem a realização de atividades públicas.

Art. 32. O autorizatário que não cumprir o estabelecido no instrumento de outorga e as normas estabelecidas nesta Lei, fica sujeito à aplicação das penalidades legalmente previstas; sem prejuízo da revogação da autorização.

Seção II – DA PERMISSÃO DE USO

Art. 33. A Permissão de Uso é o ato unilateral que, mediante a consideração da oportunidade e conveniência, será expedido à pessoa física ou jurídica, mediante licitação, em caráter único, precário, pessoal e intransferível, devendo ser concedido para atividades de interesse da coletividade.

§1º. A Permissão de Uso poderá ser revogada a qualquer tempo e sem ônus para a Administração, mediante processo administrativo onde esteja fundamentado o interesse público e/ou coletivo que justifique a revogação, sendo concedida oportunidade de defesa ao permissionário.

§2º. A emissão da Permissão de Uso não supre a necessidade de Alvará de Localização e Funcionamento e de Alvará Sanitário, nos casos em que couber.

§3º. Depende obrigatoriamente da Permissão de Uso a instalação de equipamento urbano fixo e de mobiliário urbano de utilidade pública.

§4º. A Permissão de Uso será cancelada quando o permissionário deixar de pagar por 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, o preço cobrado pelo uso de espaço público e na hipótese de manter o equipamento sem funcionamento por período superior a 60 (sessenta) dias.

§5º. A Permissão de Uso, excepcionalmente, poderá ser transferida, no caso de falecimento do titular ao conjuge sobrevivente, companheira(o) e filhos, nesta ordem, desde que comprovado desemprego ou dependência econômica familiar daquela atividade; sob pena de ineficácia da transferência.

§6º. O permissionário que não cumprir o estabelecido no instrumento de outorga e as normas estabelecidas nesta Lei, fica sujeito à aplicação das penalidades legalmente previstas; sem prejuízo da revogação da permissão.

Seção III – DA CONCESSÃO DE USO

Art. 34. A Concessão de Uso é obrigatória para atribuição exclusiva de um bem de domínio público ao particular, para que o explore segundo destinação específica.

§1º. A Concessão de Uso possui caráter estável na outorga do uso do bem público ao particular, mediante prazo estabelecido, para que o utilize com exclusividade e nas condições previamente convencionadas; devendo ser precedida de licitação pública e de contrato administrativo.

§2º. O concessionário que não cumprir as cláusulas firmadas no contrato de concessão e demais condições previstas ficará sujeito às penalidades descritas nesta Lei; sem prejuízo da rescisão daquele contrato.

§3º. Será obrigatório o licenciamento ambiental prévio das atividades comerciais e prestadoras de serviço exercidas no regime de concessão na forma desta Lei.

§4º. A emissão da Concessão de Uso não supre a necessidade de Alvará de Localização e Funcionamento e de Alvará Sanitário, nos casos em que couber.

Art. 35. O processo licitatório para fins de concessão de uso deverá ser precedido de licenciamento do projeto de urbanização a ser executado nos termos do art. 10 da presente Lei.

Art. 36. Fica a Administração autorizada a celebrar contrato de Concessão de Uso para a exploração de atividades do tipo quiosque, lanchonete, restaurante, bar e assemelhados, localizados em espaços e edificações de propriedade do Município do Natal, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei 8.666/93, com a formalização contratual que fixe prazo e não admita transferência da Concessão para terceiros.

§1º. No prazo de 6 (seis) meses antes do término da Concessão, a Administração deverá realizar novo procedimento licitatório, observadas as disposições contidas na Lei 8.666/93.

§2º. Os estabelecimentos tratados no *caput* deste artigo terão obrigatoriamente que possuir Alvará Sanitário.

CAPÍTULO VII – DA CESSAÇÃO DE VALIDADE DOS INSTRUMENTOS DE OUTORGA

Art. 37. A autorização, permissão ou concessão de uso poderá ser revogada, anulada ou cassada, a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente e nos termos dispostos nesta Lei e nos contratos respectivos.

Art. 38. A outorga concedida cessará, observando-se o devido processo legal, nos seguintes casos:

- I – mediante revogação, em caso de relevante interesse público;
- II – mediante anulação, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição;
- III – mediante cassação, quando violadas as regras contidas no instrumento de outorga, nos termos estabelecidos nesta Lei.

TÍTULO III – DAS INFRAÇÕES, DAS PENALIDADES E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO VIII – DAS INFRAÇÕES, MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Art. 39. Considera-se infração toda ação ou omissão que implique no descumprimento ao estabelecido nesta Lei.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo com funções e atribuições de fiscalização, que tiver ciência ou notícia de ocorrência de cometimento das infrações de que trata esta Lei é obrigado a promover os atos necessários para a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio.

Art. 40. Constituem-se medidas administrativas a serem aplicadas cautelarmente, de modo a fazer cessar a continuidade da infração; sem prejuízo da instauração obrigatória do processo administrativo respectivo:

- I – advertência por escrito
- II – apreensão
- III – remoção
- IV – embargo
- V – interdição temporária

§1º. A aplicação das medidas de que trata este artigo se dará após a lavratura do auto de infração, com a emissão do respectivo termo.

§2º. A adoção das medidas cautelares objeto deste artigo devem ser precedidas da comunicação justificada, ao infrator, do descumprimento das normas jurídicas aplicáveis.

Art. 41. Constituem-se penalidades ao descumprimento do estabelecido nesta Lei:

I – multa

II – destruição ou inutilização do produto

III – demolição parcial ou total

IV – cassação do instrumento de outorga

Parágrafo único – As penalidades podem ser aplicadas isoladas ou conjuntamente, conforme as circunstâncias do caso concreto e mediante o estabelecido nesta Lei.

Seção I – DAS INFRAÇÕES

Art. 42. Exercer atividade ou instalar equipamento sem a obtenção do devido instrumento de outorga.

Medida administrativa: I, II, III, IV e V do artigo 40

Penalidade: I, II e III do artigo 41

Art. 43. Exercer atividade ou instalar equipamento, regulados por esta Lei, em desconformidade com, pelo menos, um dos condicionantes estabelecidos no respectivo ato de outorga.

Medida administrativa: I, II, III, IV e V do artigo 40

Penalidade: I, II, III e IV do artigo 41

Art. 44. Exercer atividade diversa da permitida no respectivo instrumento de outorga.

Medida administrativa: I, II, III, IV e V do artigo 40

Penalidade: I, II e IV do artigo 41

Art. 45. Comercializar mercadoria diversa da permitida no respectivo instrumento de outorga.

Medida administrativa: I, II, III, IV e V do artigo 40

Penalidade: I, II e IV do artigo 41

Art. 46. Exercer atividade ou instalar equipamento em desconformidade com, pelo menos, um dos critérios estabelecidos no Capítulo IV desta Lei, independentemente de possuir instrumento de outorga.

Medida administrativa: I, II, III, IV e V do artigo 40

Penalidade: I, II, III e IV do artigo 41

Art. 47. Transferir, sem autorização da Administração, a titularidade estabelecida no instrumento de outorga, promovendo a venda, o aluguel, a parceria, a cessão ou a doação do equipamento.

Medida administrativa: I, IV e V do artigo 40

Penalidade: I e IV do artigo 41

Art. 48. Falsear documentos e informações relativas aos critérios de habilitação para obtenção do instrumento de outorga.

Medida administrativa: I, IV e V do artigo 40

Penalidade: I e IV do artigo 41

Seção II – DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Subseção I – DA ADVERTÊNCIA POR ESCRITO

Emenda modificativa Art. 49. A medida de advertência será aplicada nos casos constantes nesta Lei ou por qualquer outro amparo legal, de imediato, ser sanada a irregularidade praticada pelo infrator, considerando as circunstâncias constatadas pelo fiscal.

Art. 50. A medida de advertência não excluirá a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, quando couber.

Art. 51. Constatando a existência de irregularidades a serem sanadas, o fiscal advertirá o infrator, mediante notificação formal, estabelecendo prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§1º. Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente atuante certificará o ocorrido nos autos, encaminhando-os para o devido arquivamento.

§2º. Caso o atuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente atuante certificará o ocorrido nos autos e lavrará o auto de infração, prosseguindo nos demais trâmites procedimentais estabelecidos nesta Lei, de modo a permitir a aplicação das sanções relativas à infração praticada, independentemente da advertência.

Emenda modificativa: §3º. A partir da entrega da notificação, será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos o prazo de que trata o parágrafo anterior, que será fixado pelo agente atuante considerando a complexidade da irregularidade e as circunstâncias do caso concreto.

Emenda aditiva: §4º. Nos instrumentos adotados para realizar a advertência, deverá constar, em protocolo, todas as informações necessárias para permitir o efetivo contato entre o advertido e os órgãos competentes, garantindo ao atuado o direito ao contraditório.

Subseção II – DA APREENSÃO

Art. 52. A apreensão consiste no ato de recolhimento de mercadorias e/ou equipamentos instalados ou em funcionamento irregular, ou em desconformidade com o instrumento de outorga.

Emenda aditiva: Art. 53. As mercadorias e equipamentos só poderão ser apreendidos mediante a lavratura do auto de infração, o qual deverá conter descrição detalhada das mercadorias e equipamentos, com cópia para o autuado.

Art. 54. As mercadorias e equipamentos apreendidos podem ser devolvidos, mediante a lavratura de termo específico e apresentação do comprovante de pagamento da respectiva taxa prevista no Código Tributário Municipal, sem prejuízo do pagamento da penalidade de multa após o julgamento do processo administrativo.

§1º. As mercadorias perecíveis apreendidas não poderão ser doadas; com exceção dos casos em que houver a análise técnica por parte da Administração ou através de convênio com órgão competente.

§2º. Nos casos em que haja suspeita de ilicitude das mercadorias apreendidas, sua devolução deverá ocorrer após a devida manifestação do órgão competente quanto à sua licitude.

§3º. Constatada a ilicitude dos produtos objeto de apreensão, os mesmos deverão ser destruídos ou inutilizados conforme o caso.

Emenda modificativa: Art. 55. Os produtos lícitos não perecíveis e equipamentos apreendidos pelo órgão competente só poderão ser doados, mediante documento formal emitido por órgão competente que assegure que os produtos não colocam em risco a vida, a saúde, a integridade e a segurança dos consumidores.

Emenda modificativa: Parágrafo único. As doações de que tratam o *caput* deste artigo deverão ser realizadas para instituições de caridade ou entidades filantrópicas, desde que comprovem possuir título de utilidade pública, bem como estrutura jurídico-administrativa; salvo em casos em que haja interesse da Administração Pública, em quaisquer dos níveis e esferas de poder, na utilização de tais produtos e equipamentos para fins de interesse público.

Subseção III – DA REMOÇÃO

Art. 56. A remoção consiste na retirada de equipamento, cuja situação seja conflitante com as disposições desta Lei, do local onde foi instalado e sua consequente transferência para local apropriado.

§ 1º. O equipamento removido será recolhido ao depósito do órgão que procedeu a remoção, sendo oneroso este recolhimento e poderá ter como depositário terceiros considerados idôneos, observada a legislação aplicável.

§ 2º. A devolução do equipamento removido, apenas se fará após pagas as quantias devidas e indenizadas, por parte do infrator, as despesas realizadas com a remoção, o transporte, o depósito e outras relativas ao ato de recolhimento efetuado pelo Poder Público.

§3º. Os equipamentos removidos não resgatados no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência pelo interessado, serão alienados pelo órgão que concedeu a outorga, e a importância apurada será aplicada no pagamento das despesas de que trata o parágrafo anterior, sendo eventual saldo revertido para o FUNRESP.

Subseção IV – DO EMBARGO

Art. 57. Os embargos são aplicados para fazer cessar a instalação ou modificação do equipamento sem o devido documento autorizativo expedido pelo órgão competente.

Parágrafo único: Emitido o devido documento autorizativo de instalação ou modificação do equipamento, perde o efeito o ato de embargo.

Subseção V – DA INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 58. A interdição será aplicada no caso de funcionamento de equipamento sem o devido instrumento de outorga.

Parágrafo único: Emitido o devido instrumento de outorga no caso tratado no caput deste artigo, perde o efeito o ato de interdição.

Seção III – DAS PENALIDADES

Subseção I – DA MULTA

Emenda modificativa: Art. 59. A penalidade de multa consiste no pagamento de valor estabelecido em Lei, a ser aplicado levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto e os agravantes estabelecidos a seguir:

- I – desobediência a notificações, intimações e advertências expedidas pelo órgão fiscalizador;**
- II – descumprimento de termos de compromisso, interdições e embargos;**
- III – reincidência no cometimento de infração;**
- IV – obstrução ao trabalho da fiscalização.**

Art. 60. As multas estabelecidas nesta Lei se sujeitam a reajustes anuais, mediante ato regulamentar.

Art. 61. A multa será fixada entre os valores de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 12.000,00 (doze mil reais), acrescido do percentual de 30% (trinta por cento) para cada agravante constatado pelo fiscal atuante.

Emenda modificativa: Subseção II – DA DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO OU DEMOLIÇÃO DO PRODUTO E EQUIPAMENTO

Art. 62. Constatado que os produtos objeto de apreensão são perecíveis não consumíveis e/ou inservíveis, poderão ser destruídos ou inutilizados conforme o caso.

Parágrafo único - Os objetos apreendidos que ofereçam risco à saúde e segurança não podem ser devolvidos ou doados, devendo ser inutilizados, ou ser providenciado o seu envio, mediante documento formal, ao órgão competente para fazê-lo.

Subseção III – DA DEMOLIÇÃO PARCIAL OU TOTAL

Art. 63. As estruturas ou construções relacionadas às atividades comerciais regidas por esta Lei, que não sejam passíveis de outorga por parte do órgão competente, serão objeto de demolição.

Parágrafo único – São ainda passíveis de demolição as estruturas físicas construídas, afixadas e acrescidas aos equipamentos instalados com a devida outorga, mas que não receberam o devido documento autorizativo de ampliação ou modificação do equipamento.

Emenda modificativa: Art. 64. A demolição caberá ao autuado, podendo ser executada, em caso de recusa e/ou de ato protelatório, pela Administração Municipal, no prazo máximo fixado no auto de infração, excetuando-se os casos judicializados.

Parágrafo único – No caso em que a demolição for realizada pela Administração caberá ao infrator o ressarcimento das despesas correspondentes, sem prejuízo do pagamento de multa após o julgamento do processo administrativo.

Subseção IV – DA CASSAÇÃO DO INSTRUMENTO DE OUTORGA

Emenda modificativa: Art. 65. Será aplicada a penalidade de cassação do instrumento de outorga ao infrator que se enquadre em uma ou mais das seguintes irregularidades, dispensando-se a aplicação prévia de quaisquer outras medidas ou penalidades:

I – não iniciar a instalação e funcionamento da atividade ou equipamento no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do respectivo instrumento de outorga.

II – deixar de funcionar por um prazo corrido de 10 (dez) dias ou por 30 (trinta) dias cumulativos durante 3 (três) meses, sem prévia justificativa ao órgão que concedeu a outorga, salvo por motivo devidamente justificado.

III – vender, alugar, ceder, doar ou utilizar qualquer outra forma de transferir a responsabilidade da atividade ou equipamento público a terceiro.

IV – deixar de atender aos critérios necessários para obtenção do instrumento de outorga, conforme estabelecidos em norma regulamentadora.

VII - após aplicada a penalidade de multa por 2 (duas) vezes, durante o período de 1 (um) ano;

VIII - quando esteja sendo desenvolvida a atividade diversa da autorizada, ou quando o equipamento esteja sendo utilizado para fim diverso do previsto no instrumento de outorga.

CAPITULO IX – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 66. As infrações ao estabelecido nesta Lei serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados o rito e prazos ora estabelecidos.

Art. 67. O auto de infração será lavrado pelo agente de fiscalização que a houver constatado, devendo conter:

I – nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários a sua qualificação e identificação civil;

II – local, data e hora da infração;

III – descrição da infração e menção do dispositivo legal, regulamentar ou contratual transgredido;

IV – penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V – ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI – assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas e do fiscal autuante;

VII – prazo para apresentação de defesa.

Parágrafo único. Considerando o caso concreto, o auto de infração pode conter mais de uma infração.

Art. 68. No caso de aplicação das medidas de apreensão, remoção e destruição ou inutilização de produto, o auto de infração deverá constar, ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e o seu fiel depositário.

Art. 69. As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão nulidade do mesmo quando do processo constarem os elementos necessários à determinação da infração e do infrator.

Art. 70. O infrator será notificado para ciência da infração:

Emenda modificativa: I – através de carta com aviso de recebimento (AR), **considerando três tentativas;**

II – por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

Emenda modificativa: Parágrafo único. O edital referido no inciso II deste artigo será publicado uma única vez, na imprensa oficial, considerando-se efetivada a notificação **10 (dez)** dias após sua publicação.

Art. 71. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da autuação.

Emenda modificativa: Parágrafo único. Antes do julgamento de defesa ou de impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o agente autuante, que terá o prazo de **10 (dez)** dias para se pronunciar a respeito. No caso de impedimento do agente autuante, caberá a sua chefia imediata tal manifestação.

Emenda modificativa: Art. 72. A instrução e julgamento do processo deve ser concluída no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, salvo prorrogação autorizada pelos titulares **dos órgãos reguladores e/ou responsáveis**, mediante despacho fundamentado **em lei**.

§1º. A autoridade instrutora pode determinar ou admitir quaisquer meios lícitos de prova.

§2º. Cabe à autoridade de que trata o parágrafo anterior fazer, sendo o caso, a designação de especialistas, pessoas físicas ou jurídicas, para a realização de provas técnicas, sendo facultado ao autuado indicar assistentes.

Emenda modificativa: Art. 73. Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado por comissão a ser formada, essencialmente, pelo chefe ou diretor ao qual a fiscalização for vinculada, devendo este nomear servidores efetivos e/ou comissionados para compor a mesma, e formalizá-la por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

Emenda modificativa: Art. 74. No prazo de 5 (cinco) dias após a publicação da decisão, **caberá recurso ao órgão competente**, mediante o depósito da multa prevista.

Parágrafo único: No caso de procedência do recurso, o valor depositado será restituído, respeitando-se os trâmites administrativos estabelecidos.

Art. 75. Os recursos interpostos terão efeito suspensivo apenas com relação ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 76. Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizeram nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 77. Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotado o prazo para recurso, deverá haver a notificação do infrator nos termos estabelecidos nesta Lei.

Emenda modificativa: Art. 78. Quando aplicada a pena de multa, esgotados o prazo de recurso administrativo, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do Fundo de Reordenamento Espaços Públicos – FUNRESP.

§1º. O valor estipulado da pena de multa será corrigido pelos índices oficiais vigentes, por ocasião da expedição da notificação para o seu pagamento.

§2º. A notificação para pagamento da multa será feita mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa oficial, se não localizado o infrator.

§3º. O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará a sua inscrição para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 79. Fica garantido aos atuais ocupantes de equipamentos, terrenos ou edificações de propriedade do Município do Natal o direito de utilizá-los, exclusivamente, mediante celebração de Termo de Compromisso junto ao órgão competente, com prazo de 6 (seis) meses, prorrogável, uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

Emenda modificativa: Parágrafo único. Em caso de elaboração de projeto de urbanização e conclusão de certame público para a área ocupada, em prazo inferior ao estabelecido no Termo de Compromisso, fica o compromissário obrigado a desocupar o espaço/equipamento público, no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, a partir do recebimento da Notificação a ser expedida, **exceto em casos que coloquem em risco a segurança coletiva, quando deverá ser cumprido o prazo de 90 dias.**

Art. 80. Fica vedada a celebração de Termo de Compromisso, nos termos do *caput* do artigo anterior, para os estabelecimentos que foram construídos irregularmente em leito de vias públicas, em Áreas de Preservação Permanente (APP) e em áreas de risco assim definidas pela Administração Municipal.

§1º. Nos casos tratados no *caput* deste artigo, a Administração notificará o ocupante para promover a desocupação das referidas áreas em prazo não superior a 90 (noventa) dias, contado a partir da notificação do ocupante.

§2º. Esgotado o prazo de que trata o parágrafo anterior, a Administração, mediante planejamento das ações necessárias, deverá promover a desocupação nas referidas áreas; sendo cobrado do referido ocupante o ressarcimento das despesas realizadas.

Art. 81. A pessoa física ou jurídica que causar danos aos bens públicos, no exercício das atividades de que trata esta Lei, está sujeita a:

I – recuperar o dano, às suas custas, em prazo determinado pela Administração Pública, com a mesma forma e/ou especificação anteriormente existente;

II – indenizar, o Município, na hipótese de impossibilidade de recuperação do dano;

Emenda modificativa: III – demais sanções civis, penais e as penalidades administrativas a que esteja sujeita.

Art. 82. O Fundo de Reordenamento dos Espaços Públicos – FUNRESP criado por esta Lei deverá ser regulamentado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 83. O pagamento do preço público estabelecido nesta Lei não substitui o pagamento obrigatório da Taxa de Licença de localização prevista no Código Tributário Municipal.

Emenda modificativa e aditiva Art. 84. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, a Administração deverá prioritariamente:

I – Providenciar a regulamentação desta Lei;

II – rever e disponibilizar os novos modelos dos seus formulários oficiais;

III – treinar e capacitar a fiscalização para aplicação desta Lei;

IV – treinar e capacitar os funcionários de atividades meio e de atendimento ao público para aplicação desta Lei;

V- Promover campanhas educativas junto à população do Município sobre as disposições desta Lei

§1º. No período mencionado no *caput* deste artigo, as secretarias municipais mencionadas deverão apresentar o planejamento e execução das medidas de controle e fiscalização propostas por esta Lei de modo a garantir que seu efetivo de servidores (fiscais e outros), veículos e instrumentos de consecução dos trabalhos assegurem a eficácia das disposições desta Lei.

§1º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário.

Art. 85. Fica revogada a Lei Promulgada 218, de 8 de abril de 2003 (que cria a Licença de Uso do Espaço Público – LUEP).

Art. 86. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeito de Natal

ANEXO I – GOSSÁRIO

ADMINISTRAÇÃO: administração pública municipal exercida pelo Poder Executivo.

COMÉRCIO AMBULANTE: É a atividade comercial ou a prestação de serviços em logradouro público, sem instalação ou localização fixa.

COMÉRCIO SAZONAL/EVENTUAL: É exercido em determinadas épocas do ano, por ocasião de festejos e comemorações populares, em locais previamente autorizados pela Prefeitura.

EDIFICAÇÃO: construção destinada a abrigar qualquer atividade humana.

LOGRADOURO PÚBLICO: Denominação genérica de espaço livre, no território do município, de uso comum destinado ao trânsito, tráfego ou permanência de pedestres ou veículos, comunicação ou lazer público do tipo: rua, avenida, praça, parque, viaduto, beco, calçada, travessa, ponte, escadaria, alameda, passarela e áreas verdes de propriedade pública municipal.

MOBILIÁRIO URBANO: São considerados todos os elementos de escala micro-arquitetônica, integrantes do espaço urbano, cujas dimensões são compatíveis com possibilidade de remoção e/ou realocação e que sejam complementares às funções urbanas. Estão localizados em espaços públicos e disseminados no tecido urbano com área de influência restrita, tais como jardineiras e canteiros, postes, cabine, barraca, banca, telefone público, caixa e correio, abrigo para passageiros de transporte coletivo, banco de jardim, toldo, painel de informação, equipamento sinalizador e outros de natureza similar.

PASSEIO: Parte do logradouro público reservada ao trânsito de pedestres.

PRAÇA: Espaço livre de uso público destinado ao lazer e convívio social entre pessoas de uma comunidade.

TOLDO: É o mobiliário acrescido à fachada da edificação, instalado sobre porta, janela ou vitrine e projetado sobre o afastamento existente ou sobre o passeio, com estrutura leve e cobertura em material flexível, como a lona ou o plástico, ou translúcido, como o vidro ou o policarbonato, passível de ser removido sem necessidade de obra de demolição, ainda que parcial.

TRAILER: Veículo não motorizado, utilizado para fins comerciais e prestação de serviços.

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO PROJETO DE
LEI QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
PÚBLICOS EM NATAL-RN**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 2019, às 14h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), situada à Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, bairro do Tirol, ocorreu a 1ª Reunião da Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, sob a coordenação da conselheira do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), representante da SEMPLA, Joanna de Oliveira Guerra. Também presentes os seguintes membros: Antônio Jânio Fernandes, conselheiro, representante da UERN; Danielle de Araújo Mafra, conselheira, representante da SEL; e José Canuto de Souza Filho, conselheiro, representante da ACIRN. Na ocasião, foram pautadas as deliberações acerca da metodologia de trabalho a ser adotada, o cronograma de trabalho e a eleição do relator da referida Comissão. Dando prosseguimento as discussões, o conselheiro José Canuto de Souza Filho chamou a atenção para a importância da clareza dos objetivos do trabalho e da metodologia a ser executada. A conselheira Joanna de Oliveira Guerra apresentou uma proposta de cronograma de trabalho e enfatizou a importância da presença do membro da comissão, conselheiro do CONCIDADE/NATAL e representante da PGM, Eduardo Amorim, nas reuniões, tendo em vista a importância de um olhar mais abalizado do ponto de vista jurídico. A conselheira Danielle de Araújo Mafra enfatizou a importância de, quando necessário, consultar técnicos das secretarias envolvidas na elaboração do Projeto de Lei. Joanna de Oliveira Guerra sugeriu que cada um dos membros da Comissão pesquisasse sobre possíveis projetos de leis correlatos a esse nas demais Prefeituras do Nordeste, alegando que isso poderá subsidiar a apreciação do Projeto por parte da Comissão. O conselheiro Antônio Jânio Fernandes sugeriu ser importante uma leitura geral do Projeto de Lei para que todos possam ter uma visão mais ampliada desse e as discussões se tornem cada vez mais produtivas. A conselheira Joanna de Oliveira Guerra cita ainda a importância de, na próxima reunião, a qual foi deliberada para ocorrer no dia 25/03/2019, contar com a presença de Juliana Rocha, secretária executiva do CONCIDADE/NATAL, que poderá esclarecer algumas dúvidas sobre o andamento dos trabalhos da Comissão. Por fim,

na ocasião, além da aprovação da proposta de metodologia de trabalho da Comissão, que consistirá na realização de leituras prévias do texto do Projeto e posteriores reuniões sistemáticas, houve, também, a definição de que, ao final de cada reunião seria agendada a próxima. Outrossim, na presente reunião também foi eleito como relator dos trabalhos o conselheiro José Canuto de Souza Filho. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.

Natal, 21 de fevereiro de 2019.

Assinaturas

Antônio Jânio Fernandes
CONCIDADE/NATAL-UERN

Danielle de Araújo Mafra
CONCIDADE/NATAL-SEL

Joanna de Oliveira Guerra
CONCIDADE/NATAL-SEMPLA

José Canuto de Souza Filho
CONCIDADE/NATAL-ACIRN

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO PROJETO DE LEI
QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
EM NATAL-RN**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de 2019, às 14h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), situada à Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, bairro do Tirol, ocorreu a 2ª Reunião da Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, sob a coordenação da conselheira do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), representante da SEMPLA, Joanna de Oliveira Guerra. Também presentes os seguintes membros: Antônio Jânio Fernandes, conselheiro, representante da UERN; José Canuto de Souza Filho, conselheiro, representante da ACIRN; e Juliana Rocha de Azevedo da Costa, secretária executiva do CONCIDADE/NATAL e convidada pela Comissão para dirimir quaisquer dúvidas acerca dos encaminhamentos necessários para a conclusão dos trabalhos da Comissão. Na ocasião, a conselheira Joanna de Oliveira Guerra agradeceu a presença de todos e passou a palavra para Juliana Rocha de Azevedo da Costa, que compartilhou informações sobre os pontos principais da Resolução no. 01/2019, que determina as atribuições da Comissão Técnica. Feitos os esclarecimentos necessários por parte de Juliana Rocha de Azevedo da Costa, e dando sequência aos trabalhos, por parte de Joanna de Oliveira Guerra, abriu-se as discussões acerca da apreciação do Projeto de Lei, que recebeu contribuições dos membros que se fizeram presentes a reunião, que foram Antônio Jânio Fernandes e José Canuto de Souza Filho, conferindo um debate esclarecedor e a proposição de alterações a serem realizadas no âmbito do texto do Projeto de Lei, objetivando torna-lo mais esclarecedor, conciso, e rico em termos de ordenamento urbano e responsabilidade social. Por fim, definiu-se que, devido ao Carnaval, a próxima reunião só poderá ser realizada após o referido recesso, mais precisamente no dia 07/03/2019, às 14h30min, na sala de reuniões da SEMPLA. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.

Natal, 26 de fevereiro de 2019.

Assinaturas

Antônio Jânio Fernandes
CONCIDADE/NATAL-UERN

Joanna de Oliveira Guerra
CONCIDADE/NATAL-SEMPLA

José Canuto de Souza Filho
CONCIDADE/NATAL-ACIRN

**ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO PROJETO DE LEI
QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
EM NATAL-RN**

Aos doze dias do mês de março do ano de 2019, às 14h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), situada à Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, bairro do Tirol, ocorreu a 3ª Reunião da Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, sob a coordenação da conselheira do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), representante da SEMPLA, Joanna de Oliveira Guerra. Também presentes os seguintes membros: Antônio Jânio Fernandes, conselheiro, representante da UERN; e José Canuto de Souza Filho, conselheiro, representante da ACIRN. Inicialmente, fora sugerido por José Canuto de Souza Filho que as reuniões fossem realizadas mesmo com quórum mínimo, tendo em vista que o prazo para a conclusão dos trabalhos é apenas de um mês. Dando sequência aos trabalhos, a Comissão se ateve a análise do Projeto de Lei. Por fim, deliberou-se que a próxima reunião está marcada para o dia 15/03/2019, às 13h00, na sala de reuniões da SEMPLA. Não havendo mais nada a ser tratado, Joanna de Oliveira Guerra agradeceu a presença de todos e, com a concordância destes, deu por encerrada a reunião.

Natal, 12 de março de 2019.

Assinaturas

Antônio Jânio Fernandes

CONCIDADE/NATAL-UERN

Joanna de Oliveira Guerra

CONCIDADE/NATAL-SEMPLA

José Canuto de Souza Filho

CONCIDADE/NATAL-ACIRN

**ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO PROJETO DE
LEI QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
PÚBLICOS EM NATAL-RN**

Aos quinze dias do mês de março do ano de 2019, às 12h40min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), situada à Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, bairro do Tirol, ocorreu a 4ª Reunião da Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, sob a coordenação da conselheira do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), representante da SEMPLA, Joanna de Oliveira Guerra. Também presentes os seguintes membros: José Canuto de Souza Filho, conselheiro, representante da ACIRN; Antônio Jânio Fernandes, conselheiro, representante da UERN; e Pollyana Crystina Soares Pinheiro Rosa, técnica da SEMPLA, na condição de colaboradora dos trabalhos. Dando sequência aos trabalhos, a Comissão se ateve a análise do Projeto de Lei. O conselheiro José Canuto de Souza Filho observou que os membros da Comissão devem ter um cuidado redobrado acerca das alterações do documento, esclarecendo que quem criou o supracitado demonstrava ter total conhecimento das leis pertinentes ao assunto. Tendo sido realizada todas discussões previstas para o dia, Joanna de Oliveira Guerra sugeriu o encerramento da reunião, informando que, na condição de coordenadora da Comissão, enviaria um e-mail contendo o documento com as observações realizadas até o momento, objetivando compartilhá-lo com os demais membros que não puderam estar presentes. A conselheira Joanna de Oliveira Guerra também destacou a importância de se dar celeridade a análise da Comissão, tendo em vista a aproximação com o prazo estabelecido pela Resolução 01/2019. Por fim, deliberou-se que a próxima reunião ocorrerá no dia 22/03/2019, às 13h00, na sala de reuniões da SEMPLA. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.

Natal, 15 de março de 2019.

Assinaturas

Antônio Jânio Fernandes
CONCIDAE/NATAL-UERN

Joanna de Oliveira Guerra
CONCIDADE/NATAL-SEMPLA

José Canuto de Souza Filho
CONCIDADE/NATAL-ACIRN

**ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO PROJETO DE LEI
QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
EM NATAL-RN**

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de 2019, às 13h00, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), situada à Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, bairro do Tirol, ocorreu a 5ª Reunião da Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, sob a coordenação da conselheira do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), representante da SEMPLA, Joanna de Oliveira Guerra. Também presente os seguintes membros: José Canuto de Souza Filho, conselheiro, representante da ACIRN; e Danielle de Araújo Mafra, conselheira, representante da SEL. Dando sequência aos trabalhos, a Comissão se ateve a finalizar a análise do Projeto de Lei e iniciar a elaboração do relatório conclusivo. Na ocasião, Joanna de Oliveira Guerra aproveitou o término da análise do Projeto de Lei para enviar as observações finais para os membros que não puderam se fazer presente na reunião, visando o posicionamento desses quanto a possíveis sugestões para elaboração do relatório conclusivo. Por fim, foi definido que a próxima reunião ocorrerá no dia seguinte, 22/03/2019, às 10h00, na sala de reuniões da SEMPLA, tendo em vista a urgência para conclusão dos trabalhos e entrega do referido relatório. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.

Natal, 21 de março de 2019.

Assinaturas

Danielle de Araújo Mafra

CONCIDADE/NATAL-SEL

Joanna de Oliveira Guerra

CONCIDADE/NATAL-SEMPLA

José Canuto de Souza Filho

CONCIDADE/NATAL-ACIRN

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO PROJETO DE
LEI QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
PÚBLICOS EM NATAL-RN**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2019, às 10h00, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), situada à Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, bairro do Tirol, ocorreu a 6ª Reunião da Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, sob a coordenação da conselheira do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), representante da SEMPLA, Joanna de Oliveira Guerra. Também presente os seguintes membros: José Canuto de Souza Filho, conselheiro, representante da ACIRN; e Danielle de Araújo Mafra, conselheira, representante da SEL. Na ocasião, a Comissão deu andamento a elaboração do relatório conclusivo. As conselheiras Joanna de Oliveira Guerra e Danielle de Araújo Mafra pediram, respectivamente, a palavra para chamar a atenção acerca da necessidade de rever legislações correlatas ao Projeto de Lei em análise, mencionando, como exemplo, o Decreto no. 4.621, de 06 de julho de 1992, que *“regulamenta os meios de publicidade ao ar livre e dá providências”*. Essas sugeriram a inserção de parágrafo nas considerações finais do relatório conclusivo que dê destaque a essa questão. O conselheiro José Canuto de Souza Filho lembrou e pediu para constar em ata, as inúmeras consultas realizadas as demais instituições envolvidas neste trabalho, visando esclarecer se houve ou não a absorção das recomendações oferecidas pelo CONPLAM ao Projeto de Lei disponibilizado para apreciação do CONCIDADE/NATAL. Por fim, foi definido que ainda se faz necessária a realização de mais uma reunião para a finalização do relatório conclusivo, ficando essa marcada para o dia 25/03/2019, às 10h,00, na sala de reuniões da SEMPLA. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.

Natal, 22 de março de 2019.

Assinaturas

Danielle de Araújo Mafra

CONCIDADE/NATAL-SEL

Joanna de Oliveira Guerra

CONCIDADE/NATAL-SEMPLE

José Canuto de Souza Filho

CONCIDADE/NATAL-ACIRN

**ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO PROJETO DE
LEI QUE DISPÕE SOBRE REGRAS PARA USO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
PÚBLICOS EM NATAL-RN**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de 2019, às 10h00, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), situada à Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, bairro do Tirol, ocorreu a 7ª Reunião da Comissão Técnica de Análise do Projeto de Lei que dispõe sobre regras para uso e ocupação de espaços públicos em Natal-RN, sob a coordenação da conselheira do Conselho da Cidade do Natal (CONCIDADE/NATAL), representante da SEMPLA, Joanna de Oliveira Guerra. Também presente os seguintes membros: José Canuto de Souza Filho, conselheiro, representante da ACIRN; e Danielle de Araújo Mafra, conselheira, representante da SEL. Na ocasião, a Comissão se ateve a finalizar a elaboração do relatório conclusivo atribuído a mesma. De um modo geral, os membros presentes ressaltaram a importância dessa experiência não só como representantes das instituições específicas, mas também como cidadãos. Por fim, ficou acertado que após o término da reunião, o relatório será protocolado junto a secretaria executiva do CONCIDADE/NATAL, conforme orientação fornecida por Juliana Rocha de Azevedo da Costa, secretária executiva do referido Conselho. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.

Natal, 25 de março de 2019.

Assinaturas

Danielle de Araújo Mafra

CONCIDADE/NATAL-SEL

Joanna de Oliveira Guerra

CONCIDADE/NATAL-SEMPLE

José Canuto de Souza Filho

CONCIDADE/NATAL-ACIRN



